



Grupo Krisis: A Montanha Pariu um Rato

Charles Reeve

A Montanha pariu um rato¹

Os escritos do grupo Krisis, reunido à volta de Robert Kurz, sociólogo e editor na Alemanha da revista com o mesmo nome, eram pouco conhecidos em França. Lacuna essa já sanada pela publicação do *Manifesto contra o trabalho*².

A crítica da moral do trabalho no pensamento de esquerda, dá o tom e novidade a um texto em que Krisis tenta caracterizar a situação atual do capitalismo. Trata-se para eles, desde o princípio, de desmontar as receitas reformistas que pretendem corrigir os malefícios do capitalismo de cassino: as nostalgias keynesianas, as reivindicações dum salário social, ou ainda a taxa Tobin-Attac. Para Kurz e seus amigos, a especulação é a consequência da crise de investimento e não ao invés. “É precisamente o critério da rentabilidade, assim como as suas bases, que são as da sociedade do trabalho, que é preciso atacar como obsoletas” (p.74). Krisis demarca-se também dos projetos das diversas correntes socialistas que quiseram fazer das reivindicações quantitativas, das lutas econômicas e sindicais, a alavanca da emancipação social. Este processo de integração é atualmente seguido pelo desmoronamento do mundo operário; terreno no qual “dobram os sinos pela esquerda clássica” (p. 86). É por isso que, nos projetos da sua refundação, “a nostalgia socialdemocrata e keynesiana substitui a ruptura com as categorias do trabalho” (p.87).

¹ Expressão que se aplica a situações em que se criou uma grande expectativa à volta de uma coisa ou um acontecimento e no final essas expectativas não se confirmam.

² *Manifeste contre le travail*. Paris, éditions Léo Scherr, 2002 (Existe tradução portuguesa mas a numeração no texto refere-se à edição francesa [NdT]).



Krisis sublinha a natureza estatista dos projetos de salário social e do rendimento garantido, confirmando assim outras críticas³.

Até aqui, nada de novo debaixo do sol! No que diz respeito à crítica do reformismo moderno, Krisis repete – com um gosto pronunciado pela autossuficiência – aquilo que já foi escrito. Exemplo acadêmico muito comum, se lermos a Krisis fica-se com a impressão de que a crítica ao capitalismo contemporâneo começou no dia em eles se puseram a pensar. Ao lado de certas referências ao “situacionismo” e às correntes do esquerdismo italiano e algumas fórmulas que lembram o *Direito à preguiça*, de Paul Lafargue (nunca citado), varre-se tudo sem distinção, e deixa-se tudo confundido, o pior e o melhor, nos caixotes do lixo da história.

Sendo assim, ninguém se espantará de ver depois o movimento operário reduzido ao sindicalismo, simples elemento “acelerador da sociedade do trabalho”. Fato significativo, procurar-se-á em vão, neste *Manifesto*, a menor alusão às rupturas revolucionárias do século 20 ou uma só referência às correntes revolucionárias do marxismo e do anarquismo.

Uma ideia central constitui o arcabouço das análises de Krisis: o capitalismo é um sistema cujo propósito é “a sociedade do trabalho”; “A história da modernidade é a história da instauração do trabalho.” (p. 45) “O trabalho é um fim em si mesmo na medida em que serve de vetor à valorização do capital dinheiro, ao aumento infinito do dinheiro pelo dinheiro. O trabalho é a forma de atividade deste fim em si absurdo...” (p. 33) Jamais este vetor-trabalho é definido como relação social, histórica; nem é caracterizado especificamente como trabalho alienado, assalariado⁴. Ora, é porque o

³ Em França, alguns textos balizam a discussão: Claude Guillon, *L'Économie de la Misère, La Digitale*, 1999; Charles Reeve, “*La vraie mission de l'État*”, *Oiseau-tempête*, nº 7, outono 2000; Nicole Thé, “*Revenu garanti: quelques interrogations malvenues*”, *Les Temps Maudits*, nº 11, outubro 2001; Laurent Guilloteau, “*Il faut mater le précarial!*”, *Multitudes*, nº 8, março-abril 2002; uma obra de síntese, Laurent Geffroy, *Garantir le revenu*, Recherches 2002, La Découverte.

⁴ Aqui, como em outros lugares, a confusão mantida entre as noções de trabalho, de atividade humana e de trabalho assalariado, produtor de mercadorias para outrem (o capitalista), conforta aqueles para quem a atividade humana não poderia senão reproduzir o trabalho alienado de agora.



trabalhador ser desapossado da sua própria atividade que se lhe retira o controle da sua própria vida. É a atividade humana tornada mercadoria, que funda as separações. Na produção teórica de Krisis, a noção de lucro está ausente, o conceito de exploração conta pouco já que “a máquina capitalista não tem outra finalidade senão ela mesma” (p.18). A valorização burguesa do trabalho é posta no centro do funcionamento do sistema cujo fim seria então fazer trabalhar os indivíduos! Este discurso – que inverte a moral religiosa vendo no trabalho a vocação natural do homem – abunda em fórmulas moralizantes: “princípio cínico”, “sistema delirante”, “lei do sacrifício humano”, “cruzada em nome do ídolo trabalho”, ou ainda “mais vale ter um trabalho qualquer, seja ele qual for, que não ter trabalho nenhum, tornou-se a profissão de fé exigida a todos” (p. 14). Ora se o proletário se põe preocupadamente a procurar trabalho, não será porque não tem outra escolha, sendo a venda da sua força de trabalho o seu único meio de sobrevivência?

O que é que, segundo Krisis, caracteriza a crise da “sociedade do trabalho”? Vejamos alguns elementos de resposta: “Com a terceira revolução industrial da microinformática, a sociedade do trabalho atinge o seu limite histórico absoluto” (p. 60) Mais precisamente, “pela primeira vez, suprime-se trabalho que não pode ser reabsorvido pela extensão dos mercados” (p. 62). Segue-se que, numa sociedade que “nunca foi como agora uma sociedade do trabalho [...], o trabalho tornou-se supérfluo [...]. É no preciso momento em que o trabalho morre que ele se revela uma força totalitária” (p.14)⁵. Krisis parece esquecer que esta necessidade de aumentar constantemente a produtividade do trabalho, de substituir trabalho vivo por máquinas, é intrínseca ao processo de produção de capital. Em períodos de crise, nem toda a força de trabalho encontra colocação no mercado, e a aparência do trabalho como supérfluo não é senão a consequência disso. Tirar daqui uma interpretação de tipo “catastrófico”

⁵ O manifesto retoma aqui, à sua maneira, a ideia do “fim do trabalho”, espalhada desde há alguns anos em certos meios ditos “radicais”, e nos quais alguns levam as suas conclusões até ao ponto de afirmar o desaparecimento das classes, e portanto da luta de classes.



representa uma mistificação, é reatar com a aproximação milenarista, e apresentar as contradições atuais do capitalismo como inultrapassáveis. Ao longo de toda a sua história, o capitalismo pôde restabelecer, ao preço da barbárie, novas condições de produção de lucro, criar novos mercados, perpetuando-se deste modo. O capitalismo anda mal mas não vai afundar-se por si mesmo, sendo necessário para isso a intervenção de forças sociais decididas a inscrever nos fatos um projeto emancipador. É aí que se encontra o único limite “absoluto” do sistema.

A “ruptura com as categorias do trabalho”, é associada pela Krisis a um “projeto de ressocialização”. Este, deve concretizar-se em “novas formas de organizações sociais (associações livres, conselhos) (que) controlem as condições da reprodução à escala de toda a sociedade” (p. 95). Depois de ter assimilado proletariado-sujeito histórico, greve e integração sindical ao movimento operário reformista, Krisis tem por ambição de colocar as balizas “duma nova teoria da transformação social”. Desta emerge a proposta duma auto-organização em torno duma “luta por um fundo de tempo social autônomo”. Sobre este tema a leitura do *Manifesto* ganha se for complementada por outros textos do grupo⁶. E é então que um espesso nevoeiro cai sobre a cidade!

O setor dito da “economia social”, (ONG e associações) é definido como “forma embrionária duma reprodução emancipadora e não mercantil”, que é preciso “radicalizar e unificar numa perspectiva de superação do sistema produtor de mercadorias”. Um outro eixo de lutas lhe é associado: “a paralisia do sistema nervoso da reprodução capitalista”, através de greves de caminhoneiros e barragens de ecologistas contra o transporte de produtos radioativos. Enfim. *squats*, creches autônomas, associações de consumidores, cooperativas, ocupações de terras nos países pobres, são susceptíveis de organizar uma “reprodução autônoma” e conter em germe a

⁶ R. Kurz, “*Antiökonomie und antipolitik*”. Revista Krisis, nº 19, 1997. As citações sem referência são deste texto.



exigência duma produção não-capitalista. Os nichos alternativos no seio da sociedade e as zonas autônomas temporárias, recusadas em teoria no *Manifesto*, são retomadas na prática. Será toda a insubordinação subversiva? Como poderão estes embriões superar o sistema? Poderá haver superação sem ruptura? Eis tantas questões que Krisis não se coloca. Aqui, como noutros lugares, o abandono das categorias de classe faz-se em proveito duma espécie de “frente alternativa”, próxima do ativismo cidadanista.

Espírito corporativo *oblige*, Krisis não esquece que “é preciso criar um novo espaço intelectual livre onde se possa pensar o impensável [...]. Somente uma crítica do trabalho, claramente formulada e acompanhada do debate teórico necessário pode criar um novo espaço público alternativo, condição indispensável para a constituição dum movimento social prático contra o trabalho” (p. 92). Eis-nos de regresso ao velho esquema sobre o papel dos intelectuais na elaboração da consciência. Se “pensar o impensável” é isto, as respostas de Krisis são tão decepcionantes e pretensiosas como os projetos neorreformistas que eles criticam. As invectivas de “biscateiros reformistas” e “teóricos analfabetos”, que os autores da Krisis dirigem aos defensores do salário social arriscam-se a voltar-se contra eles mesmos. A apresentação elogiosa dos editores franceses – classificando o *Manifesto* em terceiro lugar no *hit parade* da radicalidade, depois do *Manifesto do Partido Comunista* e da *Miséria no Meio Estudantil* – é pouco acertada. A montanha pariu um rato.